



CONSAG
ENGENHARIA

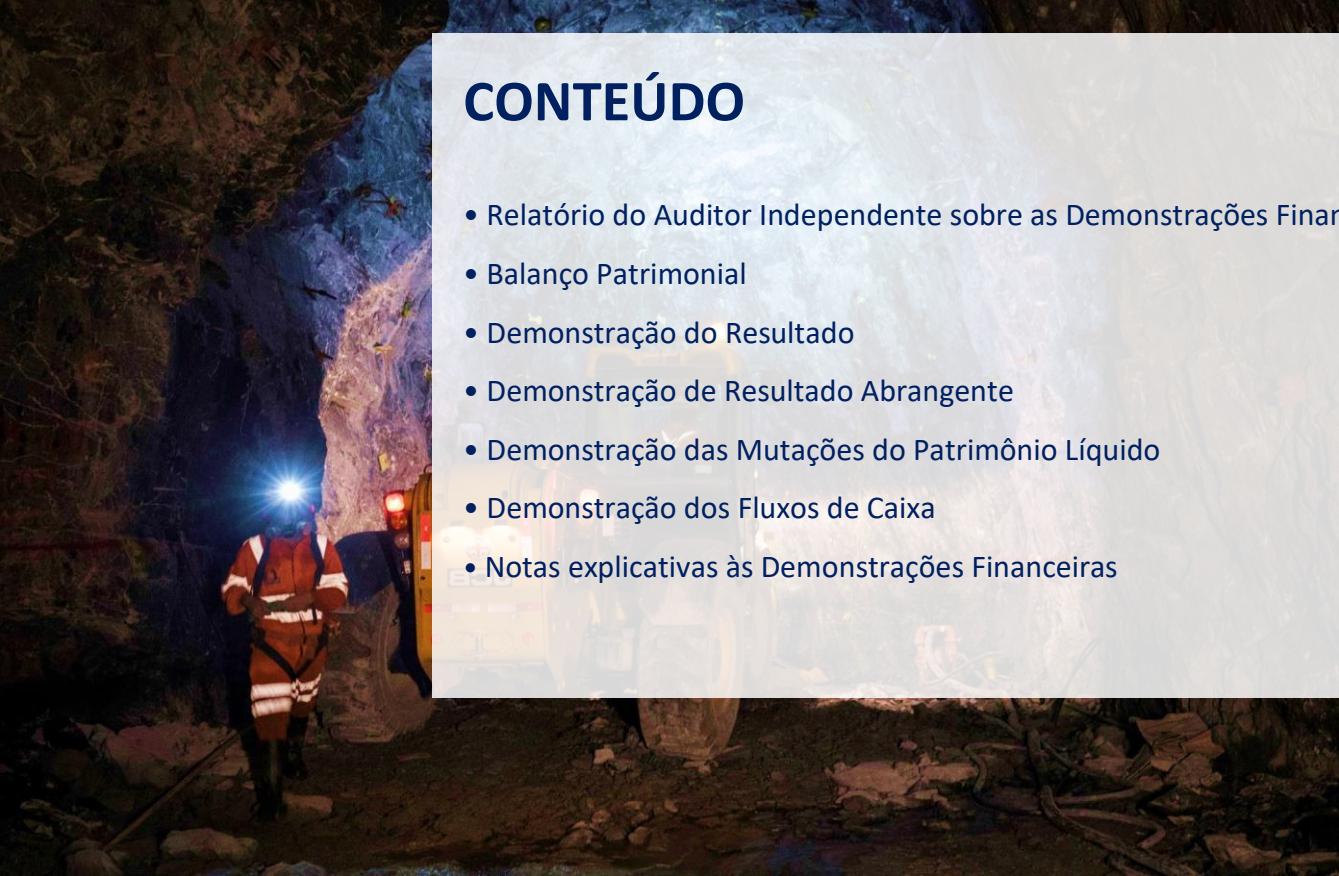
2023

Demonstrações financeiras Individuais e
Consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro

CONSAG Engenharia S.A.

Demonstrações Financeiras

Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A person wearing a headlamp and a safety vest is walking through a dark, rocky cave. The headlamp is on, illuminating the path ahead. The cave walls are dark and textured.

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	12
6. ESTOQUES	13
7. IMPOSTOS A RECUPERAR	13
8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS	14
9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS	14
10. ATIVO IMOBILIZADO	15
11. ATIVO INTANGÍVEL	17
12. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	18
13. FORNECEDORES, SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	20
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
15. PARTES RELACIONADAS	23
16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	24
17. PROVISÕES PARA RISCOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	25
18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	26
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
20. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS	29
21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	30
22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	31
23. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO	32
24. SEGUROS	32
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA	36
27. EVENTO SUBSEQUENTE	37

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Consag Engenharia S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Consag Engenharia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Consag Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2024.



Alexandre Cardoso Freitas
Contador CRC – MG 060.762/O-4

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.245	101.857	108.091	110.200
Contas a receber de clientes	5	136.289	84.669	163.953	93.730
Créditos com partes relacionadas	15	347.259	245.252	354.310	241.746
Estoques	6	17.646	11.190	21.891	12.182
Despesas antecipadas		3.027	3.016	3.283	3.167
Impostos a recuperar	7	8.491	3.370	9.268	3.935
Dividendos a receber		438	-	144	-
Adiantamentos diversos	8	14.708	4.197	15.990	4.481
Total do ativo circulante		617.103	453.551	676.930	469.441
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Créditos com partes relacionadas	15	51.129	38.056	51.129	35.920
Depósitos judiciais e cauções	17	48	-	52	-
Tributos sobre o lucro	18	32.785	10.984	41.023	17.483
Dividendos a receber		-	294	-	-
Total do realizável a longo prazo		83.962	49.334	92.204	53.403
Investimentos em controladas em conjunto e coligadas	9	105.496	-	40.200	-
Imobilizado	10	87.025	97.730	136.069	99.560
Intangível	11	15.616	-	15.616	-
Direitos de uso de arrendamentos	12	24.777	8.111	36.321	8.302
Total do ativo não circulante		316.876	155.175	320.410	161.265
Total do ativo		933.979	608.726	997.340	630.706
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros	13	124.483	84.527	145.596	94.745
Fornecedores, subempreiteiros e operações antecipadas	13	10.764	6.009	11.971	8.233
Empréstimos e financiamentos	14	93.151	43.042	96.611	45.563
Passivos de arrendamentos	12	6.998	2.894	8.346	3.014
Débitos com partes relacionadas	15	56.120	99.297	41.253	108.906
Adiantamentos de clientes		115.718	36.774	135.278	40.648
Salários, provisões e obrigações sociais		62.633	35.147	66.549	37.252
Impostos e contribuições a recolher	16	31.517	10.432	35.000	11.405
Outros passivos circulantes		3.745	1.373	4.099	1.521
Total do passivo circulante		505.129	319.495	544.703	351.287
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	116.673	50.811	124.669	50.811
Passivos de arrendamentos	12	17.793	4.971	24.998	5.006
Débitos com partes relacionadas	15	-	27.307	-	27.307
Impostos e contribuições a recolher	16	61.679	16.120	70.020	17.309
Provisões para risco	17	2.854	552	3.099	581
Provisão para perdas em investimentos	9	-	11.064	-	-
Outros passivos não circulantes		5.013	4.520	5.013	4.519
Total do passivo não circulante		204.012	115.345	227.799	105.533
Total do passivo		709.141	434.840	772.502	456.820
Patrimônio líquido					
Capital social	19	206.024	209.506	206.024	209.506
Resultados acumulados		18.814	(35.620)	18.814	(35.620)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		224.838	173.886	224.838	173.886
Total do patrimônio líquido		224.838	173.886	224.838	173.886
Total do passivo e patrimônio líquido		933.979	608.726	997.340	630.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSAG Engenharia S.A.
Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados e vendas	20	895.807	625.273	1.022.427	707.871
Custos dos serviços prestados e das vendas	21	(761.078)	(624.232)	(868.705)	(715.306)
Lucro (Prejuízo) bruto		134.729	1.041	153.722	(7.435)
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(138.461)	(23.344)	(157.631)	(31.981)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.381)	(12.001)	2.630	-
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido		(2.302)	(540)	(2.518)	(567)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		3.716	1.241	2.964	1.570
		(138.428)	(34.644)	(154.555)	(30.978)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(3.699)	(33.603)	(833)	(38.413)
Resultado financeiro, líquido	22	(56.209)	(13.916)	(60.813)	(15.288)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(59.908)	(47.519)	(61.646)	(53.701)
Tributos sobre o lucro					
Diferido		21.803	11.996	23.541	18.178
		21.803	11.996	23.541	18.178
Resultado líquido do exercício		(38.105)	(35.523)	(38.105)	(35.523)
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas:	23				
Ação ordinária - em R\$		(0,13)	(9,44)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSAG Engenharia S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(38.105)	(35.523)	(38.105)	(35.523)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(38.105)	(35.523)	(38.105)	(35.523)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.196	-	(97)	3.099
Aumento de capital	206.310	-	-	206.310
Resultado líquido do exercício	-	-	(35.523)	(35.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	209.506	-	(35.620)	173.886
Aumento de capital	89.057		-	89.057
Resultado líquido do exercício	-		(38.105)	(38.105)
Absorção de prejuízos acumulados	(92.539)		92.539	-
Constituição reserva de lucros		18.814	(18.814)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	206.024	18.814	-	224.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		(38.105)	(35.523)	(38.105)	(35.523)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	21	40.358	11.807	47.140	12.664
Perda na alienação de imobilizado		4.240	1.704	6.100	1.895
Juros sobre empréstimos e financiamentos		27.152	5.742	28.377	5.984
Equivalência patrimonial	9	1.381	12.001	(2.630)	-
Constituição de provisão para riscos, líquidas		2.302	552	2.518	581
Tributos diferido sobre o lucro		(21.803)	(11.996)	(23.541)	(18.178)
		15.525	(15.713)	19.859	(32.577)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(51.620)	(79.741)	(70.223)	(83.820)
Adiantamentos diversos		(10.511)	(2.649)	(11.509)	(2.761)
Estoques		(6.456)	(7.213)	(9.709)	(6.334)
Impostos a recuperar		(5.119)	340	(5.332)	440
Despesas antecipadas		(11)	(2.802)	(116)	(2.914)
Outros ativos		10.634	-	(520)	-
		(63.083)	(92.065)	(97.409)	(95.389)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		44.711	68.220	54.589	63.673
Adiantamentos de clientes		78.944	19.298	94.630	14.629
Salários, provisões e obrigações sociais		27.486	23.638	29.297	24.464
Impostos e contribuições a recolher		66.644	26.117	76.306	28.228
Outros passivos		(7.806)	5.900	561	6.026
		209.979	143.173	255.383	137.020
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		162.421	35.395	177.833	9.054
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Dividendos recebidos		2.485	-	2.485	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(40.750)	(103.880)	(83.692)	(105.675)
Transações com empresas ligadas, líquido		(217.077)	(140.709)	(173.875)	(108.496)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(255.342)	(244.589)	(255.082)	(214.171)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aumento de capital		-	206.310	-	206.310
Captações de empréstimos e financiamentos	14	275.183	108.056	284.813	111.619
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	14	(166.322)	(14.981)	(179.093)	(16.061)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	14	(18.930)	(4.821)	(19.914)	(5.023)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	12	(8.510)	(2.569)	(9.361)	(2.722)
Pagamento de juros de arrendamentos	12	(1.112)	(177)	(1.305)	(179)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		80.309	291.818	75.140	293.944
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(12.612)	82.624	(2.109)	88.827
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		101.857	19.233	110.200	21.373
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		89.245	101.857	108.091	110.200
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(12.612)	82.624	(2.109)	88.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONSAG Engenharia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2020, na cidade de Belo Horizonte/MG. A Companhia possui filiais em diversas localidades do Brasil, incluindo Juazeiro/BA, Novo Horizonte/BA, Caucaia/CE, Manaus/AM, Ribeiro Gonçalves/PI, Anapu/PA, Aripuanã/MT, Barbacena/PA, Santo Antônio do Lopes/MA, Itatiaiuçu/MG, Brasília/DF, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. Sua principal atividade operacional é a prestação de serviços de engenharia em diversos seguimentos, destacando-se a construção de hidrelétricas, plantas industriais, siderúrgicas, refinarias, saneamento e urbanização, rodovias, ferrovias, usinas de geração solar e obras correlatas em todo país. Atualmente, a empresa atua em obras em pleno funcionamento, as principais obras são:

- Implementação de usinas de geração solar fotovoltaica, no estado do Juazeiro/BA, Ribeiro Gonçalves/PI e Caucaia/CE;
- Terminal de regaseificação GNL Barcarena/PA;
- Construção de lotes de linhas de transmissão de energia em Anapu/PA;
- Implantação de usinas de geração eólicas em Novo Horizonte/BA;
- Obras civis para aprofundamento de mina em Juazeiro/BA;
- Terminal de liquefação GNL em Santo Antônio do Lopes/MA;
- Barragem de contenção Minas Fábrica, em Itatiaiuçu/MG;
- Construção da Ferrovia Lucas do Rio Verde, em Rondonópolis/MT.

A Companhia detém o controle acionário da CONSAG CS S.A. ("CONSAG CS"), uma empresa do Grupo Andrade Gutierrez dedicada em oferecer uma gama de serviços de mineração à céu aberto, desde a remoção de solo superficial até a movimentação de estéril, minério e rejeitos.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas considerando continuidade operacional, com base em projeções de fluxo de caixa futuro da Companhia e, se necessário, com o suporte do Grupo Andrade Gutierrez.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5:** Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato: Avaliação do risco de inadimplência para avaliação da perda esperada de clientes;
- **Nota explicativa 18:** Reconhecimento de ativos e fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 10 e 11:** Definição da vida útil dos ativos imobilizado e intangíveis e a avaliação da recuperabilidade dos ativos;
- **Nota explicativa 17:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Notas explicativas 20:** Os orçamentos referentes aos custos e receitas dos contratos de construção são formulados levando em conta as obrigações de desempenho de cada projeto. Esses orçamentos passam por uma revisão, no mínimo, anual, a fim de garantir sua atualização e alinhamento com as exigências e desafios em curso.

2.3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

2.4. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.4.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 (R1) – Contrato de seguro	Nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).
CPC 23 (R1) – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa	Esclarece a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras	Fornece orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.
CPC 32 (R1) – Tributo sobre o Lucro	Estreita o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.4.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 06 (R1) – Arrendamentos	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e englobam as demonstrações financeiras das investidas controladas pela Companhia, listadas abaixo:

Controladas	País	Atividade principal	Participação societária (%)	
			31/12/2023	31/12/2022
Controladas diretas				
CONSAG CS S.A.	Brasil	Serviços de engenharia	100,00	100,00

Procedimentos

O controle é estabelecido quando a Companhia tem o poder de direcionar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para obter benefícios de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Os principais procedimentos para consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da companhia controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

4.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	8.691	698	9.642	778
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	80.554	101.159	98.449	109.422
	89.245	101.857	108.091	110.200

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, consistem principalmente em depósitos a prazo. A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é apresentada da seguinte forma:

Controladora

	Taxas médias ponderadas (a.a.)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário(CDB)	100,68% do DI	96,52% do DI	20.412	11.802
Operações compromissadas	60,00% do DI	79,56% do DI	60.142	89.357
			80.554	101.159

Consolidado

	Taxas médias ponderadas (a.a.)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário(CDB)	100,68% do DI	96,52% do DI	21.450	11.802
Operações compromissadas	60,00% do DI	79,56% do DI	76.999	97.620
			98.449	109.422

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

5.1 Política contábil

O saldo das contas a receber de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia, quanto das vendas de mercadorias associadas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil adotada pela Companhia, o reconhecimento de receita em contratos de construção abrange não apenas as faturas emitidas para seus clientes, mas também os saldos ativos resultantes da aplicação da metodologia do POC (percentual de conclusão). Quando a receita reconhecida por meio desse método excede o montante das faturas efetivamente emitidas aos clientes, essa diferença é registrada no grupo de 'contas a receber de clientes' (ver nota explicativa nº 20).

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cientes faturados	92.987	47.060	111.167	51.680
Ativos de contrato - serviços a faturar (a)	43.302	37.609	52.786	42.050
Contas a receber	136.289	84.669	163.953	93.730

(a) Refere-se aos saldos a receber dos consórcios, aos quais são reconhecidos proporcionalmente ao seu percentual de participação de cada consorciado;

A Administração da Companhia prevê receber o saldo dos clientes conforme acordado entre as partes envolvidas. Não são esperadas perdas significativas nos saldos das contas a receber.

6. ESTOQUES

6.1 Política contábil

Os estoques inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição, a mensuração subsequente é realizada com base no menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor líquido realizável. Para embasar a análise do valor líquido realizável, a Companhia realiza inventários físicos periodicamente em suas unidades operacionais. Os montantes apresentados nessa categoria consistem principalmente de materiais destinados à aplicação nas obras em andamento.

6.2 Composição

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de material de consumo e almoxarifado era de R\$17.646(R\$11.190 em 31 de dezembro de 2022), na Controladora e R\$21.891 (R\$12.182 em 31 de dezembro de 2022), no Consolidado.

A Administração da Companhia prevê utilizar ou consumir esses estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal. Não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques, além daquelas já reconhecidas.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

7.1. Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que tem origem, principalmente, em antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela instituição financeira. Esses créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para compensar eventuais saldos a recolher provenientes de suas operações.

7.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISS a recuperar	3.269	1	3.520	238
IR/CS	1.649	225	1.808	242
INSS	1.557	2.796	1.706	3.099
PIS/COFINS	1.360	-	1.505	-
ICMS	656	348	729	356
	8.491	3.370	9.268	3.935

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Durante suas atividades habituais, a Companhia realiza adiantamentos diversos a fornecedores e subempreiteiros para a execução de suas obras em andamento, além de adiantamentos para seus funcionários, incluindo adiantamentos de férias, despesas de viagem, entre outros.

A composição dos saldos de adiantamentos diversos, devidamente conciliada com os saldos apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$14.708 (R\$4.197 em 31 de dezembro de 2022), na Controladora e R\$15.990 (R\$4.481 em 31 de dezembro de 2022), no Consolidado.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

9.1. Política contábil

A Companhia classifica uma investida como controlada quando detém o poder de influenciar, de forma unilateral, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Controladas em conjunto, são investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, exigindo consenso para que as decisões estratégicas sejam aprovadas.

Para fins de apresentação, a Companhia reconhece as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

As informações financeiras de controladas e joint ventures são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que o controle total ou controle conjunto se inicia até a data em que deixa de existir. As principais políticas contábeis da controlada e controladas em conjunto estão alinhadas às políticas contábeis aplicadas pela Companhia. Os detalhes da classificação das participações entre Investimento e Provisões para perdas em investimentos podem ser consultados nas movimentações apresentadas abaixo.

9.2. Relação das investidas e principais informações

As investidas da Companhia, bem como o país de origem, ramo de atividade e percentual de participação, está demonstrado a seguir:

Companhias investidas	País	Atividade principal	Participação societária (%)		Saldo de investimento		Equivalência	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controladas								
CONSAG CS S.A.	Brasil	Engenharia	100,00	100,00	65.296	(11.064)	(4.011)	(12.001)
Total das controladas					65.296	(11.064)	(4.011)	(12.001)
Controlada em conjunto								
VERTIN Engenharia Ltda	Brasil	Engenharia	70,00	70,00	3.501	-	2.630	-
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	Brasil	Venda de meradorias	51,00	-	36.699	-	-	-
Total das controladas em conjunto (Consolidado)					40.200	-	2.630	-
Total da controladora					105.496	(11.064)	(1.381)	(12.001)

A Vertin Engenharia é uma empresa especializada no mercado industrial, com foco em alimentos, bebidas, fármacos e *Data Centers*, oferecendo soluções em engenharia e construção. Apoiando os clientes no desenvolvimento dos negócios através da implantação dos projetos, a empresa garante o cumprimento do padrão de qualidade, prazos de entrega, bem como atender rigorosamente a requisitos sociais, ambientes e de segurança. Mesmo tendo 70% de participação, a Companhia não detém o controle sobre as decisões estratégicas, conforme definido em contrato social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu de sua controlada direta Andrade Gutierrez Engenharia S.A., o investimento Torres Eólicas do Nordeste mediante aumento de capital. (ver nota explicativa n.º 19). Torres Eólicas do Nordeste S.A. tem por objetivo a fabricação, industrialização, montagem, construção e a comercialização de produtos metalúrgicos; a fabricação, industrialização, comercialização, montagem, construção e a armazenagem de torres eólicas metálicas ou híbridas (concreto e metálica), bem como a prestação de serviços de manutenção, reparação e assistência técnica de equipamentos.

9.3. Movimentação dos saldos de investimento

A movimentação da participação na investida da Companhia para 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Movimentação do exercício			31/12/2023	31/12/2023
	Provisão para perdas em investimentos	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos
Controladas						
CONSAG CS S.A.	(11.064)	80.371	-	(4.011)	65.296	65.296
Total das controladas	(11.064)	80.371	-	(4.011)	65.296	65.296
Controladas em conjunto						
VERTIN Engenharia Ltda	-	3.500	(2.629)	2.630	3.501	3.501
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	-	36.699	-	-	36.699	36.699
Total das controladas em conjunto (Consolidado)	-	40.199	(2.629)	2.630	40.200	40.200
Total da controladora	(11.064)	120.570	(2.629)	(1.381)	105.496	105.496

	31/12/2021	Movimentação do exercício		31/12/2022	31/12/2022
	Investimento líquido das investidas	Equivalência	Investimento líquido das investidas	Provisão para perdas em investimentos	
Controladas					
CONSAG CS S.A.	937	(12.001)	(11.064)	(11.064)	
Total das controladas	937	(12.001)	(11.064)	(11.064)	
Controladas em conjunto					
VERTIN Engenharia Ltda	-	-	-	-	
Total das controladas em conjunto (Consolidado)	-	-	-	-	
Total da controladora	937	(12.001)	(11.064)	(11.064)	

10. ATIVO IMOBILIZADO

10.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados da Companhia são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados com fins específicos para a construção de ativos, se houver, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas em cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, apenas se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil, que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e na condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem; caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que benefícios econômicos sejam incorporados a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido substituído por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício em que a venda ocorre.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é calculada pelo método de horas trabalhadas, utilizando taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear, com taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente e quaisquer ajustes necessários são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, afetando apenas o exercício em que o ajuste é identificado.

10.2. Composição

Controladora

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imóveis em uso	64,34%	22.625	(17.497)	5.129	9.521	(5.296)	4.225
Equipamentos e veículos	14,15%	95.611	(16.692)	78.919	83.248	(5.016)	78.232
Móveis e utensílios	26,72%	4.012	(1.331)	2.681	1.753	(575)	1.178
Imobilizado em andamento	-	296	-	296	14.095	-	14.095
Outros	-	-	-	-	22	(22)	-
		122.544	(35.520)	87.025	108.639	(10.909)	97.730

Consolidado

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imóveis em uso	64,72%	24.954	(19.414)	5.540	10.436	(5.865)	4.571
Equipamentos e veículos	11,86%	148.204	(20.840)	127.364	84.063	(5.388)	78.675
Móveis e utensílios	27,15%	4.280	(1.443)	2.837	1.941	(652)	1.289
Imobilizado em andamento	-	328	-	328	15.025	-	15.025
Outros	-	-	-	-	24	(24)	-
		177.766	(41.697)	136.069	111.489	(11.929)	99.560

10.3. Movimentação

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Imóveis em uso	4.225	2.571	(856)	(15.293)	14.482	5.129
Equipamentos e veículos	78.232	18.835	(2.639)	(14.713)	(796)	78.919
Móveis e utensílios	1.178	3.112	(310)	(1.273)	(26)	2.681
Imobilizado em andamento	14.095	296	(435)	-	(13.660)	296
	97.730	24.814	(4.240)	(31.279)	-	87.025

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Imóveis em uso	2.580	5.932	(71)	(4.195)	(21)	4.225
Equipamentos e veículos	2.034	82.061	(1.608)	(4.784)	529	78.232
Móveis e utensílios	467	1.261	(25)	(525)	-	1.178
Imobilizado em andamento	(1)	14.626	-	-	(530)	14.095
Outros	(22)	-	-	-	22	-
	5.058	103.880	(1.704)	(9.504)	-	97.730

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Imóveis em uso	4.571	2.679	(954)	(16.966)	16.210	5.540
Equipamentos e veículos	78.675	72.644	(4.322)	(18.827)	(806)	127.364
Móveis e utensílios	1.289	3.302	(344)	(1.382)	(28)	2.837
Imobilizado em andamento	15.025	1.159	(480)	-	(15.376)	328
	99.560	79.784	(6.100)	(37.175)	-	136.069

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Imóveis em uso	2.988	6.278	(107)	(4.565)	(23)	4.571
Equipamentos e veículos	2.503	82.481	(1.746)	(5.092)	529	78.675
Móveis e utensílios	560	1.360	(42)	(589)	-	1.289
Imobilizado em andamento	(1)	15.556	-	-	(530)	15.025
Outros	(24)	-	-	-	24	-
	6.026	105.675	(1.895)	(10.246)	-	99.560

10.4. Ativos dados em garantia

Alguns equipamentos pesados foram oferecidos em garantia para empréstimos obtidos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor registrado desses equipamentos é de aproximadamente R\$ 68.070 (em 31 de dezembro de 2022, o valor era R\$ 51.157). A Companhia está impedida de utilizar esses ativos como garantia para outros empréstimos ou de efetuar a venda dos mesmos à terceiros, até que os passivos correspondentes sejam liquidados.

10.5. Provisão para redução ao valor recuperável (teste de *impairment*)

A Companhia realiza periodicamente testes de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, com o objetivo de avaliar se é possível recuperar o valor desses ativos. Essa avaliação é conduzida por profissionais internos com comprovada qualificação técnica. Para realizar essas avaliações, foi adotada uma abordagem de mercado alinhada com as métricas e métodos de avaliação amplamente reconhecidos no mercado de avaliação de ativos.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca encontrar parâmetros de preços negociados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem, normalmente, é a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações, foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares e, quando encontrados dados suficientes para essa análise, optou-se por utilizá-la como metodologia principal. Além das pesquisas no mercado, considerando o histórico de vendas de equipamentos pela Companhia, tais dados foram utilizados na avaliação como dados equivalentes aos aplicados na cotação direta no mercado.

11. ATIVO INTANGÍVEL

11.1. Política contábil

Os ativos intangíveis da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros decorrentes do uso ou alienação. Os ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo é baixado.

11.2. Composição

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos de ativos intangíveis que correspondem, essencialmente, à licença de uso de software empresarial, bem como apropriação de gastos incorridos na implantação inicial deste sistema.

Os custos incorridos para implantação do sistema, incluindo a licença, foram reconhecidos como ativo intangível de acordo com as premissas do CPC 04 (R1). O referido saldo é amortizado mensalmente de forma linear, considerando o prazo de validade da licença.

A composição do ativo intangível e seus respectivos valores de custo e amortizações acumuladas, podem ser demonstrados da seguinte forma:

Controladora e Consolidado

	Taxa média de amortização (% a.a.)	31/12/2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Tecnologia de gerenciamento	20	1.587	(320)	1.267
Projetos de desenvolvimento - em curso		14.349	-	14.349
		15.936	(320)	15.616

11.3. Movimentação

Controladora e Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo 31/12/2023
Tecnologia de gerenciamento	-	1.587	(320)	1.267
Projetos de desenvolvimento - em curso	-	14.349	-	14.349
	-	15.936	(320)	15.616

Dos projetos em andamento, R\$ 11.658 refere-se ao BIM (*Building Information Modelling*). Em linha com as melhores práticas de mercado no setor de Engenharia e Construção, o BIM pode ser entendido como um conjunto de processos e tecnologias que, combinados, geram uma metodologia de gerenciamento do projeto, que propicia a múltiplos stakeholders trabalharem de forma colaborativa no design, construção, operação e manutenção de um empreendimento, através de plataformas digitais. Dentro alguns dos benefícios esperados, podemos citar: Melhoria na qualidade dos projetos, levantamento automático e assertivo das quantidades de serviços e materiais através do modelo digital e facilidade em simular metodologias e planejamentos alternativos. A Companhia planeja iniciar a amortização do BIM ao longo de 2024, logo após sua ativação.

12. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

12.1. Política contábil

A Companhia e sua controlada avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são reconhecidos para representar o direito de utilizar os ativos arrendados, e os passivos de arrendamento demonstram o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento

incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

12.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 6,33% a. a., que representa substancialmente a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2023:

Controladora										
	Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Transferência (*)
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		7.466	23.820	210	(6.776)	(826)	-	-	-	-
Equipamentos e veículos		645	17.834	-	(1.983)	(4.721)	-	-	-	(10.892)
		8.111	41.654	210	(8.759)	(5.547)	-	-	-	(10.892)
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		7.288	23.820	221	-	(847)	1.015	(1.015)	(6.550)	-
Equipamentos e veículos		577	17.834	28	-	(4.728)	97	(97)	(1.960)	(10.892)
		7.865	41.654	249	-	(5.575)	1.112	(1.112)	(8.510)	(10.892)
Circulante		2.894								
Não circulante		4.971								
		7.865								

(*) Ao longo de 2023, a Companhia transferiu grande parte de seus contratos de equipamentos e veículos para sua controlada CONSAG CS.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

	Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Transferência	31/12/2022
Direito de uso com arrendamentos											
Imóveis		1.357	14.608	61	(1.889)	(6.671)	-	-	-	-	7.466
Equipamentos e veículos		325	873	-	(414)	(139)	-	-	-	-	645
		1.682	15.481	61	(2.303)	(6.810)	-	-	-	-	8.111
Passivos de arrendamentos											
Imóveis		1.381	14.608	61	-	(6.671)	164	(164)	(2.091)	-	7.288
Equipamentos e veículos		321	873	-	-	(139)	13	(13)	(478)	-	577
		1.702	15.481	61	-	(6.810)	177	(177)	(2.569)	-	7.865
Consolidado											
	Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal		31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos											
Imóveis		7.612	24.088	173	(6.909)	(903)	-	-	-	-	24.061
Equipamentos e veículos		690	19.535	-	(2.736)	(5.229)	-	-	-	-	12.260
		8.302	43.623	173	(9.645)	(6.132)	-	-	-	-	36.321
Passivos de arrendamentos											
Imóveis		7.407	24.088	242	-	(923)	1.009	(1.009)	(6.737)		24.077
Equipamentos e veículos		613	16.486	28	-	(5.236)	296	(296)	(2.624)		9.267
		8.020	40.574	270	-	(6.159)	1.305	(1.305)	(9.361)		33.344
Circulante		3.014									8.346
Não circulante		5.006									24.998
		8.020									33.344
	Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal		31/12/2022
Direito de uso com arrendamentos											
Imóveis		1.508	14.805	68	(1.969)	(6.800)	-	-	-	-	7.612
Equipamentos e veículos		361	933	-	(449)	(155)	-	-	-	-	690
		1.869	15.738	68	(2.418)	(6.955)	-	-	-	-	8.302
Passivos de arrendamentos											
Imóveis		1.535	14.805	68	-	(6.800)	165	(165)	(2.201)		7.407
Equipamentos e veículos		356	933	-	-	(155)	14	(14)	(521)		613
		1.891	15.738	68	-	(6.955)	179	(179)	(2.722)		8.020

12.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento pode ser assim demonstrado:

	Direito de uso	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
2024		7.857	9.931
2025		5.175	6.754
2026		4.597	6.159
2027		3.714	5.276
Após 2027		3.434	8.201
		24.777	36.321

12.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado:

	Controladora			Consolidado		
Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento
2024	8.255	1.257	6.998	10.259	1.913	8.346
2025	5.975	906	5.069	7.566	1.470	6.096
2026	5.356	622	4.734	6.905	1.097	5.808
2027	4.384	355	4.029	5.907	736	5.171
Após 2027	4.075	114	3.961	8.553	630	7.923
	28.045	3.254	24.791	39.190	5.846	33.344

13. FORNECEDORES, SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de fornecedores e subempreiteiros são de R\$124.483 (R\$84.527 em 31 de dezembro de 2022), na Controladora e R\$145.596 (R\$94.745 em 31 de dezembro de 2022), no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Operações antecipadas

A Companhia busca estender os prazos de pagamento acordados com seus principais fornecedores através de negociação. Para minimizar os impactos no fluxo de caixa desses fornecedores, a Companhia celebra contratos com instituições financeiras, permitindo a antecipação dos valores a receber por parte dos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da antecipação de fornecedores no individual é de R\$10.764 (comparado a R\$6.009 em 31 de dezembro de 2022), e no consolidado R\$11.971 (comparado a R\$8.233 em 31 de dezembro de 2022). O valor antecipado pelos fornecedores, descontado, permanece registrado na rubrica de fornecedores a pagar até a sua liquidação.

Quando a Companhia utiliza de operações de *confirming* para liquidação de fornecedores, as despesas financeiras que incidentes sobre o pagamento, são reembolsadas aos fornecedores. Nesse momento, a despesa financeira da operação é reconhecida no resultado da Companhia.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

14.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas, e utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

14.2. Composição

Controladora

				Taxas médias ponderadas (a.a.)			
	Natureza	Modalidade	Moeda	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional							
	Empréstimos com garantia	Capital de giro (a)	R\$	100% DI + 5,50%	120,17% DI + 6,29%	39.109	30.023
	Financiamentos com garantia	Financiamento de ativo fixo (b)	R\$	100% DI + 11,62%	14,79%	51.057	63.830
	Debêntures	1ª Série (c)	R\$	100% DI + 5,00%	-	32.394	-
	Debêntures	2ª Série (c)	R\$	100% DI + 8,50%	-	87.264	-
						209.824	93.853
Total dos empréstimos e financiamentos						209.824	93.853
Circulante						93.151	43.042
Não circulante						116.673	50.811
						209.824	93.853

Consolidado

Natureza	Modalidade	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2023	31/12/2022
			31/12/2023	31/12/2022		
Moeda nacional						
Empréstimos com garantia	Capital de giro (a)	R\$	100% DI + 5,50%	120,17% DI + 6,29%	39.109	32.544
Financiamentos com garantia	Financiamento de ativo fixo (b)	R\$	100% DI + 12,41%	14,79%	62.513	63.830
Debêntures	1ª Série (c)	R\$	100% DI + 5,00%	-	32.394	-
Debêntures	2ª Série (c)	R\$	100% DI + 8,50%	-	87.264	-
					221.280	96.374
Total dos empréstimos e financiamentos					221.280	96.374
Circulante					96.611	45.563
Não circulante					124.669	50.811
					221.280	96.374

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, o capital de giro é composto essencialmente por Cédulas de Crédito Bancário (CCB) com Banco Guanabara e Banco Daycoval.
- (b) Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos de equipamentos adquiridos pela Companhia foram feitos através de operações de CDC e CCB com os bancos Volvo, XCMG, Guanabara, Daycoval e John Deere Brasil, nos valores atualizados de R\$15.029, R\$9.922, R\$26.106, R\$2.981 e R\$8.475 respectivamente (em 2022 os bancos Volvo, XCMG e Guanabara possuíam empréstimos tomados nos valores de R\$17.238, R\$11.823 e R\$34.769)
- (c) Em agosto de 2023, a Companhia efetuou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2(duas) séries. A emissão ocorreu em duas series com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). Essa emissão foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2023.

14.3. Movimentação

Controladora

	Debêntures	Capital de giro	Financiamento de ativo fixo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Captações	-	42.202	65.855	108.057
Pagamentos de principal	-	(12.537)	(2.444)	(14.981)
Pagamentos de juros	-	(2.318)	(2.504)	(4.822)
Juros apropriados	-	2.676	2.923	5.599
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	30.023	63.830	93.853
	Debêntures	Capital de giro	Financiamento de ativo fixo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	30.023	63.830	93.853
Captação	135.000	140.183	-	275.183
Pagamentos de principal	(21.626)	(131.217)	(13.479)	(166.322)
Pagamentos de juros	(2.762)	(5.892)	(10.276)	(18.930)
Juros apropriados	9.046	6.012	10.982	26.040
Saldo em 31 de dezembro de 2023	119.658	39.109	51.057	209.824

Consolidado

	Debêntures	Capital de giro	Financiamento de ativo fixo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Captações	-	45.765	65.855	111.620
Pagamentos de principal	-	(13.618)	(2.444)	(16.062)
Pagamentos de juros	-	(2.519)	(2.504)	(5.023)
Juros apropriados	-	2.916	2.923	5.839
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	32.544	63.830	96.374
	Debêntures	Capital de giro	Financiamento de ativo fixo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	32.544	63.830	96.374
Captação	135.000	149.813	12.028	296.841
Pagamentos de principal	(21.626)	(143.329)	(14.138)	(179.093)
Pagamentos de juros	(2.762)	(6.202)	(10.950)	(19.914)
Juros apropriados	9.046	6.283	11.743	27.072
Saldo em 31 de dezembro de 2023	119.658	39.109	62.513	221.280

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

14.4. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	43.042	-	45.563
2024	93.151	15.135	96.611	15.135
2025	46.831	15.563	50.327	15.563
2026	46.957	15.468	50.193	15.468
Após 2026	22.885	4.645	24.149	4.645
	209.824	93.853	221.280	96.374

14.5. Covenants

A Companhia possui alguns *covenants* restritivos, incluindo: limitação de endividamento, transações com partes relacionadas e posição de caixa mínima.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Composição

Controladora					
		31/12/2023		31/12/2022	
Natureza		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante					
Controladora					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Mútuo / Nota de crédito	260.556	-	165.197	46.295
Controladas					
Contas receber/pagar, líquidas - consórcios (b)	Nota de débito / Nota de crédito	80.592	56.120	71.022	53.002
Consag CS S.A.	Nota de débito	3.980	-	7.982	-
Coligadas					
AG Construções e Serviços S.A.	Nota de débito	169	-	-	-
Zagope Construções	Nota de débito	1.431	-	-	-
Outras empresas	Outras	531	-	1.051	-
		347.259	56.120	245.252	99.297
Ativo (Passivo) Não Circulante					
Controladora					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Mútuo / Nota de crédito	-	-	-	27.307
Controladas					
Consag CS S.A.	Nota de débito	-	-	38.056	-
Controladas em conjunto					
Torres Eólicas do Nordeste S.A. (c)	Mútuo	51.129	-	-	-
		51.129	-	38.056	27.307

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Consolidado						
		31/12/2023		31/12/2022		
		Natureza	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante						
Controladora						
Andrade Gutierrez	Engenharia S.A. (a)	Mútuo / Nota de crédito	283.591	-	165.362	53.472
Controladas						
Contas receber/pagar, líquidas - consórcios (b)	Nota de débito / Nota de crédito	68.881	41.253	75.333	55.420	
Coligadas						
AG Construções e Serviços S.A.	Nota de débito	155	-	-	-	
Zagope Construções	Nota de débito	1.431	-	-	-	
Outras empresas	Outras	252	-	1.051	14	
			354.310	41.253	241.746	108.906
Ativo (Passivo) Não Circulante						
Controladora						
Andrade Gutierrez	Engenharia S.A. (a)	Mútuo / Nota de crédito	-	-	35.920	27.307
Controladas em conjunto						
Torres Eólicas do Nordeste S.A. (c)	Mútuo	51.129	-	-	-	
			51.129	-	35.920	27.307

- (a) É composto por transferências de saldos a receber de empreendimentos nacionais, e no passivo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela Companhia que envia e no passivo pela companhia que recebe.
- (b) Referem-se a remessas de aportes e transferência/recebimentos de custos através de notas de débito, junto aos Consórcios em que a Companhia detém participação.
- (c) A Companhia assinou contrato de mútuo com a controlada em conjunto Torres Eólicas do Nordeste S.A., o qual prevê a remuneração do saldo em 100% da taxa Selic. A Companhia estuda junto a controlada a nova data vencimento.

As vendas e compras com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado. Os saldos pendentes no final do período não estão garantidos e não geram juros. Não foram fornecidas nem recebidas garantias relacionadas a contas a receber ou a pagar com partes relacionadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	2.991	864	3.543	948
IRRF	8.067	3.953	8.424	4.112
Parcelamento simplificado (a)	78.480	20.391	89.041	21.892
Outros	3.658	1.344	4.012	1.762
	93.196	26.552	105.020	28.714
Circulante	31.517	10.432	35.000	11.405
Não circulante	61.679	16.120	70.020	17.309
	93.196	26.552	105.020	28.714

- (a) A Companhia solicitou o parcelamento simplificado previsto na Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permissivos na legislação vigente para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC, será quitado em 60 parcelas e não há necessidade de garantias.

17. PROVISÕES PARA RISCOS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

17.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, os quais concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por serem revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do período em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Também podem existir processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores

jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados principalmente ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas com base na opinião de seus advogados e assessores jurídicos, além do histórico dos desfechos dessas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte de processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração realiza essas provisões com base na opinião dos assessores jurídicos.

Depósitos judiciais e cauções

A Companhia e sua controlada estão questionando a legalidade de certas obrigações ou ações judiciais movidas contra elas. Em decorrência dessas impugnações, ordem judicial ou estratégia da Administração, esses valores são depositados em juízo, o que não configura liquidação de passivo. Esse procedimento visa permitir que a Companhia e sua controlada prossigam com os processos. Nesses casos, embora os depósitos permaneçam com ativos da Companhia e de sua controlada, os valores somente são liberados apenas mediante decisão judicial definitiva e favorável.

17.2. Composição

Controladora

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2022	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2023	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
Trabalhistas	540	4.086	(1.827)	2.799	48	2.751
Cíveis	12	806	(814)	4	-	4
Tributárias	-	51	-	51	-	51
TOTAL	552	4.943	(2.641)	2.854	48	2.806

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2021	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2022	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2022
Trabalhistas	-	604	(64)	540	-	540
Cíveis	-	12	-	12	-	12
TOTAL	-	616	(64)	552	-	552

Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2022	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2023	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
Trabalhistas	568	4.385	(1.909)	3.044	52	2.992
Cíveis	13	891	(900)	4	-	4
Tributárias	-	51	-	51	-	51
TOTAL	581	5.327	(2.809)	3.099	52	3.047

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2021	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2022	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2022
Trabalhistas	-	636	(68)	568	-	568
Cíveis	-	13	-	13	-	13
TOTAL	-	649	(68)	581	-	581

17.3. Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo os riscos de perda são possíveis referem-se, principalmente, a ações civis públicas, especialmente por atos de improbidade, ações que versam sobre licitações e seus desenvolvimentos, e outras ações judiciais movidas por terceiros que se relacionam ou relacionaram com a Companhia na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2023, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$435 no Individual e R\$476 no Consolidado (R\$0, em 2022).

Os advogados e assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

17.4. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

18.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do exercício. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para fins de cálculo dos impostos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas sobre as diferenças temporárias quando elas reverterem, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em projeções internas da Companhia.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e as sua controlada levam em consideração o impacto das incertezas relacionadas às posições tributárias assumidas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser feito. A Companhia e sua controlada acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto com base na avaliação de vários fatores, incluindo interpretações das leis tributárias e experiência passada. Essa avaliação é feita com base em estimativas e premissas que podem exigir uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser divulgadas, o que exigiria que a Companhia e sua controlada alterassem seu julgamento sobre a adequação da provisão existente; essas mudanças impactarão as despesas de imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais esses prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizado, limitado a 30% do lucro tributável anual.

18.2. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(69.908)	(47.519)	(71.646)	(65.702)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominais	23.769	16.157	24.360	22.339
(Adições) exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis	(1.496)	(81)	(1.713)	(81)
Resultado de equivalência patrimonial	(470)	(4.080)	894	(4.080)
	(1.966)	(4.161)	(819)	(4.161)
Tributos sobre o lucro efetivos apurados	21.803	11.996	23.541	18.178
Diferido	21.803	11.996	23.541	18.178
	21.803	11.996	23.541	18.178
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	31,19%	25,24%	32,86%	27,67%

18.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

As transações que originaram os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Provisão para riscos e contingências	2.068	783	2.320	850
Crédito de prejuízo fiscal	37.014	25.282	44.168	32.378
	39.082	26.065	46.488	33.228
Passivo				
Ajuste receita POC (IN 1771/17)	(5.627)	(13.909)	(4.975)	(14.520)
Ajuste arrendamento	(659)	(1.160)	(479)	(1.224)
Variação cambial pelo regime caixa	(11)	(12)	(11)	-
	(6.297)	(15.081)	(5.465)	(15.745)
Total líquido ativo	32.785	10.984	41.023	17.483

A Administração da Companhia acredita que, com base nas projeções de resultados elaborados internamente, conseguirá utilizar esses créditos fiscais com resultados futuros da operação.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 é composto por 206.024 ações ordinárias nominativas (209.506 em 31 de dezembro de 2022), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. A composição do capital social é detalhada abaixo:

Controladora	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Acionistas				
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	115.715	56,1655%	206.308	98,4736%
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	90.310	43,8345%	3.198	1,5264%
	206.024	100%	209.506	100%

Em 31 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, para absorver o prejuízo fiscal, referente ao balanço levantado em 30 de novembro de 2023. Essa redução foi realizada mantendo o percentual de participação dos acionistas. Em seguida, no mesmo ato societário, foi aprovada uma nova subscrição de 87.828 novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação, pelo acionista Andrade Gutierrez Engenharia S.A.

Esse aumento de capital de R\$ 87.828 foi distribuído da seguinte forma: R\$ 36.699 referentes a 51% da participação na empresa Torres Eólicas do Nordeste S.A. e R\$ 51.129 sobre saldo de mútuo a receber. Com essa nova subscrição, a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. passou a deter 43,83% do capital social da Companhia.

19.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme previsto no estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após a absorção dos saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

20. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

20.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47, as principais premissas são como segue:

- Quando baseadas no orçamento estimado para conclusão de cada projeto, são respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.
- Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentual de conclusão*).
- Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.
- Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 5.
- Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Contratos que são executados sob a forma conhecida como “Contratos com Remuneração por Administração”, possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes. Nesse tipo de contrato a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para performar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

Contratos que são executados sobre preço unitário. Nesse tipo de contrato a receita também é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos e avanço da obra, conforme previstos em contrato.

Receita de serviços de operação e manutenção

De acordo com o reconhecimento do CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas respeitando o reconhecimento pelos clientes dos serviços prestados pela Companhia. Essas receitas representam um fluxo contínuo de direitos a receber para a Companhia em troca de serviços de manutenção de equipamentos e infraestrutura operacional construída nas instalações dos clientes.

Receita de vendas de mercadorias

A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade do produto para seus clientes. Essa receita é apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na medida em que os benefícios esperados para a Companhia e os custos possam ser razoavelmente mensurados.

20.2. Composição

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser detalhada da seguinte forma:

Controladora

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta nacional	946.601	646.446
Receita bruta total de serviços e mercadorias	946.601	646.446
Impostos sobre serviços e mercadorias	(50.794)	(21.173)
Receita líquida de serviços e mercadorias	895.807	625.273

Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta nacional	1.081.378	732.158
Receita bruta total de serviços e mercadorias	1.081.378	732.158
Impostos sobre serviços e mercadorias	(58.951)	(24.287)
Receita líquida de serviços e mercadorias	1.022.427	707.871

20.3. Faturamento direto de fornecedores (não auditado)

Em determinados contratos executados pela Companhia, os fornecedores prestam serviços e/ou vendem materiais diretamente aos nossos clientes, dentro do escopo dos contratos assinados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o total de receita faturada diretamente aos clientes por estes fornecedores no Individual foi de R\$119.900 (R\$ 114.195 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado foi de R\$132.765 (R\$128.808 em 31 de dezembro de 2022). As receitas mencionadas (ou custos) e contas a receber (ou a pagar) são reconhecidas diretamente pelas partes envolvidas, clientes e fornecedores, sem qualquer impacto na demonstração do resultado ou balanço patrimonial da Companhia.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

21.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, sendo registrado conforme sua relação com a realização das receitas. Despesas pagas antecipadamente e que se relacionam a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

21.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser demonstrados na seguinte forma:

Controladora	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(168.200)	(2.852)	(145.063)	(1.286)
Depreciação e amortização	(32.888)	(7.470)	(10.811)	(996)
Salários e encargos sociais	(291.995)	(87.159)	(224.433)	(12.942)
Contratação de serviços de terceiros	(222.128)	(33.735)	(223.632)	(6.643)
Impostos, taxas e encargos	(479)	(4.413)	(234)	(450)
Gastos com viagens	(22.665)	(100)	(9.558)	(41)
Outros	(22.723)	(2.732)	(10.501)	(986)
Total	(761.078)	(138.461)	(624.232)	(23.344)

Consolidado	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(195.068)	(2.610)	(173.679)	(1.568)
Depreciação e amortização	(38.760)	(8.380)	(11.669)	(996)
Salários e encargos sociais	(326.594)	(103.732)	(255.329)	(17.515)
Contratação de serviços de terceiros	(258.413)	(35.358)	(252.785)	(10.404)
Impostos, taxas e encargos	(509)	(4.483)	(244)	(453)
Gastos com viagens	(24.789)	(103)	(10.495)	(41)
Outros	(24.572)	(2.965)	(11.105)	(1.004)
Total	(868.705)	(157.631)	(715.306)	(31.981)

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

22.1. Composição

O resultado financeiro, líquido é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	6.177	912	7.044	1.017
Outras receitas financeiras	250	31	254	34
	6.427	943	7.298	1.051
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(26.040)	(7.286)	(27.072)	(8.167)
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(8.612)	(1.559)	(10.476)	(1.858)
Juros dos passivos de arrendamentos	(1.112)	(177)	(1.305)	(179)
Atualização monetária sobre parcelamentos tributários	(16.600)	(4.516)	(18.882)	(4.829)
Outras despesas financeiras	(10.190)	(1.355)	(10.284)	(1.340)
	(62.554)	(14.893)	(68.019)	(16.373)
Variações cambiais, líquidas	(82)	34	(92)	34
Resultado financeiro, líquido	(56.209)	(13.916)	(60.813)	(15.288)

23. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO

23.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

23.2. Composição

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação no exercício de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados atribuíveis aos proprietários da Empresa	(38.105)	(35.523)
Média ponderada das ações ordinárias	296.867	3.761
Resultados por ação - R\$	(0,13)	(9,44)

24. SEGUROS

A Companhia adota uma rigorosa política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montantes e amplitudes considerados satisfatórios pela Administração.

Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em todas as obras e instalações administrativas, são considerados, dentre outras coisas, fatores como a concentração de riscos, o valor de reposição dos ativos, nível de exposição a riscos, além das particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Companhia avalia e realiza a contratação, a identificação e a manutenção dos diversos seguros e das garantias dos projetos, sempre assessorada por brokers especializados, de renome internacional. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de engenharia	200.000	200.000	200.000	200.000
Responsabilidade civil	150.000	-	150.000	-
Outros seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.)	3.000	150.000	3.000	150.000
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	223.445	109.004	237.749	109.004
	576.445	459.004	590.749	459.004

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são inicialmente reconhecidos na data de origem. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia geralmente é realizada pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componentes significativos de financiamento são mensurados inicialmente pelo preço da transação.

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: para ativos financeiros que não se enquadrem em nenhum dos critérios anteriores.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

Controladora

		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
	Nível				
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	8.691	80.554	698	101.159
Contas a receber de clientes		-	136.289	-	84.669
Créditos com partes relacionadas		-	398.388	-	283.308
Depósitos judiciais e cauções		-	48	-	-
		8.691	615.279	698	469.136
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	124.483	-	84.527
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação		-	10.764	-	6.009
Empréstimos e Financiamentos		-	209.824	-	93.853
Passivo de arrendamentos		-	24.791	-	7.865
Débitos com partes relacionadas		-	56.120	-	126.604
		-	425.982	-	318.858

Consolidado

		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
	Nível				
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	9.642	98.449	778	109.422
Contas a receber de clientes		-	163.953	-	93.730
Créditos com partes relacionadas		-	405.439	-	277.666
Depósitos judiciais e cauções		-	52	-	-
		9.642	667.893	778	480.818
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	145.596	-	94.745
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação		-	11.971	-	8.233
Empréstimos e Financiamentos		-	221.280	-	96.374
Passivo de arrendamentos		-	33.344	-	8.020
Débitos com partes relacionadas		-	41.253	-	136.213
		-	453.444	-	343.585

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: (i) Risco de capital, que é o risco de a Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2023, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	209.824	93.853	221.280	96.374
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(89.245)	(101.857)	(108.091)	(110.200)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	120.579	(8.004)	113.189	(13.826)
Patrimônio líquido ("PL")	224.838	173.886	224.838	173.886
DL / PL	53,63%	-4,60%	50,34%	-7,95%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas, CDB's e *time deposits*. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados à Taxa DI. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de câmbio e de juros

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 26 de fevereiro de 2024, a Companhia adotou como cenário base, a taxa DI estimada de 9,15% a.a. para 31 de dezembro de 2024 (Cenário atual taxa 11,87% a.a.). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foi efetuada a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,9%	9,2%	11,4%	13,7%

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores e câmbios:

Controladora

		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual	Cenário Provável		
	Risco	% a.a.	I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativos expostos					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Taxa DI	20.412	1.868	2.335	2.802
Operações compromissadas	Taxa DI	60.142	5.503	6.879	8.255
Total exposição do Ativo		80.554	7.371	9.214	11.057
Passivos expostos					
Capital de Giro	Taxa DI	39.283	(3.594)	(4.493)	(5.391)
Total exposição do Passivo		39.283	(3.594)	(4.493)	(5.391)
Exposição efeito líquido (resultado)			3.777	4.721	5.666

Consolidado

		31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual	Cenário Provável		
	Risco	% a.a.	I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativos expostos					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Taxa DI	21.450	1.963	2.454	2.945
Operações compromissadas	Taxa DI	76.999	7.045	8.806	10.568
Total exposição do Ativo		98.449	9.008	11.260	13.512
Passivos expostos					
Capital de Giro	Taxa DI	39.283	(3.594)	(4.493)	(5.391)
Total exposição do Passivo		39.283	(3.594)	(4.493)	(5.391)
Exposição efeito líquido (resultado)			5.414	6.768	8.121

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aumento de capital por meio de acervo patrimonial imobilizado da AGE	1.229	-	1.229	-
Aumento de capital por meio de partes relacionadas com a AGE	87.828	-	87.828	-
Aumento de capital na Consag CS	80.371	-	-	-
Aumento de capital na Vertin por meio de partes relacionadas	3.500	-	3.500	-
Aumento de capital na Torres Eólicas do Nordeste S.A. por meio de mútuo	36.699	-	36.699	-
Financiamento de ativo fixo	-	-	12.028	-
AFAC com a Consag CS por meio de acordo com Partes Relacionadas com consórcios que ambas tem participação	-	38.056	-	-
AFAC com a AG Engenharia por meio de acordo com Partes Relacionadas com consórcios que ambas tem participação	-	(27.307)	-	(27.307)
Transferências de custo de Folha de Pagamento de funcionários da Companhia com a AG Engenharia	18.670	33.816	18.691	33.816
Notas de Débito com a AG Engenharia referente a empreendimentos de consórcios que a Companhia tem participação	(32.601)	(71.008)	(33.971)	(71.008)
	195.696	(26.443)	126.004	(64.499)

27. EVENTO SUBSEQUENTE

O grupo Andrade Gutierrez alavancou em sua carteira de projetos (“backlog”) um montante de R\$10,4 bilhões em novas contratações durante o 1º trimestre de 2024, distribuído em diversos setores: R\$ 1,8 no setor de térmica, R\$ 6,5 no setor de energia e R\$ 2,1 bilhões no setor de infraestrutura.

João Martins da Silva Neto
PRESIDENTE

Marcio Magno de Abreu
DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

Leandro Mariano Gonçalves
CRC-MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL